

Uma cultura da esperteza

histórias de ócios, táticas e astúcias no ofício do agave

Mariângela de Vasconcelos Nunes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NUNES, MV. Uma cultura da esperteza: histórias de ócios, táticas e astúcias no ofício do agave. In: OLIVEIRA, TB., org. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 281-308. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Uma cultura da esperteza: histórias de ócios, táticas e astúcias no ofício do agave

Mariângela de Vasconcelos Nunes

Este texto compõe-se, basicamente, de parte da tese de Doutorado, defendida na Universidade de Brasília em 2006¹. Porém, neste capítulo, especificamente, falo sobre as investidas dos trabalhadores de agave dos Cariris Velhos² contra o mundo da produção. Mostro como eles, a partir da sua lida no agave, desenvolveram várias formas de resistências, algumas das quais extremamente criativas, como as faltas ao trabalho nas segundas-feiras e os expedientes mais curtos nas sextas-feiras, para sobreviver ao autoritarismo imposto pelos patrões.

1 NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção**: a cultura do trabalho com o agave na Paraíba (1937-1966). Brasília: Tese de Doutorado em História/ Universidade de Brasília, 2006.

2 Usei a nomenclatura 'Cariris Velhos' para definir os antigos distritos de Picuí, Cubati e Pedra Lavrada, atualmente já emancipados, porque, de acordo com a categorização do IBGE de 1950, a comarca à qual pertenciam estava localizada na microrregião do Médio Sertão dos Cariris Velhos. Ademais, os entrevistados, notadamente nesses municípios, onde concentrei mais as investigações no Mestrado e no Doutorado, reconhecem-se como caririseiros. Durante esses estudos, realizei pesquisas no município de Cuité e em antigos distritos, como Barra de Santa Rosa e Nova Floresta, e usei, para toda a área pesquisada, a mesma denominação, porquanto existiam muitas aproximações. Ver NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Maldição e Bênção**: algumas histórias do sisal na Paraíba (1930-1953). Brasília: Dissertação de Mestrado em História/Universidade de Brasília, 1996 e NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção**: a cultura do trabalho com o agave na Paraíba (1937-1966), *op. cit.*

A disciplina inscrita nos corpos dos trabalhadores

Para explicar melhor esse comportamento ou essas ações dos trabalhadores no processo produtivo da agavicultura, discutirei brevemente sobre a disciplina imposta nesse trabalho, que está relacionada à expansão da mecanização no processo de desfibramento³.

Na Paraíba, no desfibramento do agave, isto é, na transformação das folhas em fibras, foram usadas diferentes técnicas, que resultaram em mudanças relacionadas à quantidade e à qualidade das fibras e ao surgimento de novas regras e formas de resistência. Esse processo não foi homogêneo em toda a área estudada na época, que era composta de comarcas e vários distritos. Percebo que a expansão dessas novas tecnologias aconteceu, primeiro, em Cuité e em seus distritos e, em seguida, estendera-se para Picuí e seus respectivos distritos, como Pedra Lavrada. Não vejo tal processo como linear, porque a introdução de um novo modelo de racionalidade não implicava, necessariamente, o desaparecimento imediato das técnicas anteriores. Porém, para uma melhor compreensão, identifiquei duas etapas para esse processo: a primeira, caracterizada pelo emprego das máquinas manuais, cuja utilização no agave predominou nos anos de 1940 e prolongou-se, pelo menos, até a década de 1950; já a segunda fase foi pautada na mecanização. Nessa segunda fase, estabeleci uma divisão para a sua história: de meados da década de 40 do século passado até metade da década seguinte. Foram anos marcados pela introdução das máquinas de base fixa, instaladas nas sedes das grandes propriedades. A partir de 1950, começaram a chegar as primeiras máquinas móveis, que se deslocavam até os agaviais. Essas diferentes tecnologias foram complementares em meio à mesma problemática: a disciplinarização dos trabalhadores rurais.

Mas, quem eram os primeiros trabalhadores de agave da área

3 O agave só passou a ser cultivado comercialmente, na Paraíba, a partir do final dos anos 1930 e início da década de 1940, em meio ao contexto de crise econômica, ainda vivenciado nesse estado, e em clima de “modernização agrícola”. Nesse cenário, os governos estadual e federal buscavam diversificar a produção rural, rompendo com a monocultura e, ao mesmo tempo, atender à demanda internacional criada no mercado das fibras, a partir da conjuntura da II Guerra Mundial.

estudada? A que categoria social esses homens pertenciam? Enfim, que homens deixaram suas antigas experiências de trabalho na agricultura e se aventuraram no desfibramento de agave? Essa categoria era composta de moradores e pequenos proprietários que trabalhavam, basicamente, cultivando a lavoura de subsistência de algodão, milho e feijão. Alguns desses trabalhadores desfibravam uma planta nativa, o caroá, usando máquinas manuais. Porém, na realização dessa atividade, estavam habituados ao trabalho em família e próximos de suas casas. Assim, em todas as suas atividades, faziam um trabalho desgastante e cansativo, mas que era acompanhado de uma boa prosa, de contar as façanhas do dia ou dos sonhos que um dia desejavam transformar em realidade. Nessas conversas nas rodas de trabalho, eram repassados valores, costumes, formas de trabalho, enfim, uma cultura do passado que era reconstruída no presente.

As tarefas nas máquinas mecânicas exigiam, porém, uma complexa divisão de trabalho: estabelecimento de postos exercidos por trabalhadores especializados e atividades interligadas. Para compreender bem mais o processo de desfibramento, descreverei todas as atividades que sofreram pequenas mudanças ao longo do tempo.

A primeira etapa do processo consistia na chamada “broca”, ou “derrubada”. Com o emprego de foices e machados, o mato e as árvores grandes eram arrancados e substituídos pelas mudas do agave. As pessoas que trabalhavam no plantio eram, em geral, trabalhadores alugados. Três a quatro anos depois, a planta estava madura para o primeiro corte (embora, nem sempre, esse prazo fosse respeitado). O processo de desfibramento só começava com o corte das folhas, executado pelo cortador, que utilizava facas e foices. Em seguida, homens denominados de cambiteiros ou tropeiros transportavam as folhas em jumentos ou em carros de boi para os galpões, onde ficavam as máquinas desfibradeiras. Lá estavam os puxadores que desfibravam as folhas ao introduzi-las na máquina, transformando-as em fibras. Os passos seguintes eram a retirada do bagaço e, depois, a pesagem das fibras, feitas pelo bagaceiro ou pesador.

Por fim, cabia, sobretudo, às mulheres e às crianças lavarem as fibras. Antes disso, as fibreiras, lavadeiras ou estendadeiras, como eram chamadas as pessoas que exerciam essas atividades, igualavam as fibras, formando pequenos feixes, chamados de “bonecas”, e as mergulhavam nos tanques. As bonecas eram batidas várias vezes contra um banco próximo ao reservatório de água e, em seguida, lançadas em um torno, torcidas e sacudidas. Depois, eram retiradas do torno e estendidas nos estaleiros ou secadores. Apesar da complexidade dessa atividade, as pessoas que a exerciam ainda ficavam “de plantão”, pois, caso chovesse, independentemente de ser feriado ou domingo, deveriam correr ao “terreiro” e recolher as fibras, para evitar que se molhassem. Essa atividade foi sendo simplificada ao longo dos anos.

Os salários dos trabalhadores variavam conforme suas funções, todavia as fibreiras eram quem tinha o salário mais baixo, enquanto os puxadores eram os mais bem remunerados, visto que imprimiam o ritmo de trabalho no motor de agave. Por essa razão, esses homens eram os mais hábeis e fortes da equipe. Essa também era a função mais perigosa. Entretanto, nenhuma atividade no desfibramento estava isenta de perigo, desde o simples corte da planta até a secagem das fibras⁴.

Todos recebiam por produção. Por isso, o salário dos trabalhadores na agavicultura foi vinculado à sua produção. Tratava-se, portanto, de um dispositivo que visava internalizar, nos corpos e nas mentes dos trabalhadores rurais, um relógio moral marcado por horas impacientes que, agora, corriam velozmente e deveriam ser aproveitadas em todos os seus segundos. Essa era uma forma de criar mecanismos que evitassem a “vadiagem” e tornassem os trabalhadores obedientes à força do capital que estava se ampliando no campo paraibano.

Dessa forma, as atividades descritas acima eram realizadas rapidamente, como contou o Sr. Agenor:

4 Durante as atividades do desfibramento, poderia haver espetadas provocadas pelos espinhos da planta, coceiras causadas pelo teor corrosivo das fibras e amputações dos membros superiores - braços e mãos - engolidos pelas máquinas. Esse último risco restringia-se aos puxadores.

Tem que ser rápido pra num faltar. Senão o puxador perde. O povo diz que quem trabalhava no motor é tudo atrás um do outro, é tudo correndo atrás um do outro, se num for assim, o que demorar ali o outro perde, aí faltou tudo. Tem que ser atrás um do outro, tudo com a moléstia prá num deixar faltar de um para o outro, pra tudo sobrar, é muito serviço, a vida no motor de agave é muito sacrificada, tem que acompanhar aquele ritmo. Cada um tem sua obrigação de fazer aquele seu serviço apertando o outro. Pronto eu vou dar uma informação: olha, os dois puxador tem que apertar o bagaceiro, o bagaceiro já tem que apertar o tropeiro, pra num faltar agave; o tropeiro já tem obrigação de correr atrás do amarrador de agave; o amarrador de agave, já tem que, por obrigação, correr atrás dos cortador, que é pra num faltar pra ninguém⁵.

Assim, com o uso das máquinas mecânicas, foi implantado o trabalho por produção, e o desfibramento do agave decomposto em múltiplas tarefas. Estava sendo introduzido nos Cariris Velhos o trabalho em equipe, baseado na divisão das atividades entre os trabalhadores. Nesse caso, cada um deles executava um serviço específico, que correspondia a uma parcela de todo o processo da produção. A forma de trabalho era, portanto, diferente das antigas práticas dos trabalhadores rurais: agora, eles tinham que trabalhar rigorosamente e ocupando funções diferentes, “especializadas” e interligadas de tal forma que a ausência de um membro da equipe interrompia ou prejudicava toda a cadeia produtiva.

A interdependência das atividades, combinadas com o trabalho

5 Agenor Cassimiro de Oliveira, casado com D. Angelina, nasceu na região do Brejo. Aos 11 anos, foi morar com os pais no atual município de Cubati. Desde então, juntamente com a família, foi trabalhar em terras alheias. A partir dos anos 60 do século passado, passou a exercer a função de virador de motor de agave. (Entrevista concedida à autora, em Cubati, setembro, 2003). Todos os entrevistados aqui compuseram as primeiras gerações de trabalhadores do agave da área estudada.

por produção, acionava uma cadeia de vigilância composta pelos trabalhadores, que, de um lado, tornaram-se seus próprios ‘contramestres’ e, de outro, eram ‘contramestres’ dos seus colegas, policiando-os e delatando a seus superiores os considerados ‘indolentes’ e ‘preguiçosos’.

Ademais, eram constantemente patrulhados pelos encarregados do motor ou viradores, como ficaram conhecidos os homens que gerenciavam o trabalho no motor de agave. Alguns deles haviam exercido outras funções no motor, por isso eram capazes de substituir, provisoriamente, qualquer trabalhador faltoso e entendiam o funcionamento das máquinas⁶. Todavia, o que se tornou um pré-requisito para o exercício desse cargo foi o fato de esses homens serem pessoas de extrema confiança dos patrões.

O ambiente do motor do agave era um lugar onde todos se observavam e eram observados. Além de policiados, os trabalhadores do agave estavam sendo habitados por seus vigias: seus corpos teriam que caminhar na ‘ordem’, e a ‘ordem’ passeava dentro deles. Mas, como sobreviver a esse mundo do trabalho, tão disciplinar e autoritário? Como suportar as dores provocadas por seus espinhos?

Com base nas investigações, acredito que os trabalhadores do agave reagiram à disciplinarização que estava sendo introduzida com a mecanização da agavicultura e o cultivo dessa planta em larga escala, o que rompia com os seus costumes, isto, é com o fim da dedicação exclusiva aos roçados, o trabalho em família, entre outros. Essa dinâmica de trabalho subvertia suas noções de tempo, de trabalho e implantava outras formas de assalariamento, como o trabalho por produção, entre outras mudanças que afetaram o universo cultural dos trabalhadores. Nesse cenário, os trabalhadores acionaram um conjunto de práticas para sobreviver à nova cultura do trabalho que lhes era ditada. Denominei esse conjunto de práticas ou táticas empreendidas pelos trabalhadores do agave de ‘cultura da esperteza’: eram astúcias que se apresentavam de várias formas, através das quais os lavradores extraíam elementos de sua

6 COSTA, Ramilton Marinho. **O Capa Verde**: transformações econômicas e interesses de classes no curimataú paraibano. Campina Grande: Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1989.

própria cultura para se opor a uma ‘engenharia agrícola’ que eles desconheciam, que os assustava devido à violência, ao trabalho exacerbado e às marcas que deixavam em seus corpos.

O Dia de São Gaxite e outras astúcias

Para alguns moradores do município de Cubati, as segundas-feiras ficaram conhecidas como o “dia de São Gaxite”, uma alusão ao irreverente puxador Gaxite, que, como todos da localidade sabiam, não gostava de trabalhar nesse dia. Independentemente de sua carreira na agavicultura, o Sr. Gaxite fora inscrito no imaginário local como astucioso e esperto. Seu apelido não resultara de suas peripécias no motor de agave, mas dos seus dribles no campo do oponente. Desde muito jovem, ele jogava futebol para se divertir. Assim, notabilizou-se por ser lépido e ágil e conseguir com sucesso despistar seus adversários e lhes roubar a bola. Dessa forma, “suas trapaças” e “malandragens” inspiraram o seu apelido.

O cognome do Sr. Gaxite fora extraído e legitimado do/no universo cultural dos lavradores, pois gaxite é um animal conhecido na região estudada, uma espécie de cachorro do mato de hábitos noturnos e bastante rápido. De acordo com os entrevistados, gaxite, o animal, costumava invadir seus roçados à noite, sugar o sumo das melancias e largá-las em seguida sem deixar vestígios aparentes. Quando os agricultores iam coletar as frutas, percebiam que elas já estavam em decomposição, e que o gaxite havia “passado a perna neles”, isto é, os enganado.

Assim, o Sr. Gaxite tinha essa alcunha por acionar práticas sorrateiras, fora do campo da visão dos “seus adversários” e que, certamente, foram ressignificados no mundo do motor de agave, um mundo onde, também, as práticas dos trabalhadores ganhavam invisibilidade por serem escorregadias como a de um gaxite na calada da noite.

O Sr. Gaxite, puxador, embora reconhecesse que não trabalhava nas segundas-feiras, negou ter sido o autor do batismo das “segundas de São Gaxite”, pelo menos em Cubati, como ele mesmo disse:

Tentei não. “São Gaxite”, quem é esse santo aqui? Gaxite era eu. Eu num sou santo. É que na Bahia tem dia santo lá. Aqui não, porque todo mundo conhece eu. Aí lá num conhece, num tem o dia Santo de São Gaxite, sabe. É porque aqui todo mundo me conhece...⁷

De acordo com a memória que ele guarda do passado, o que o impediu de batizar o feriado com seu nome em sua comunidade de origem foi o fato de que todos ali sabiam que Gaxite era um homem, e não, um santo. Ele relatou que criou o dia de São Gaxite na Bahia, onde todos só o conheciam por seu nome de batismo. Ali, ele tinha um objetivo deliberado de instituir um feriado coletivo para os trabalhadores de agave: “Foi eu mesmo que batizei prá ninguém trabalhar nesse dia”. E acrescentou:

Esse negócio foi o seguinte, eu trabalhava na Bahia, mais o meu padim, aí nos tumava uma cana grande. Aí na segunda-feira, trabalhava na Bahia, num sabe? Aí na segunda-feira ninguém trabalhava, porque não aguentava não, bêbo. Aí eu tomei uma cana no domingo, uma cana grande, aí eu e meu padim amanchei no dia bebo. Eu digo: “padim eu vou dar um dia santo hoje na Bahia”, eu digo, “eu vou dar o de Gaxite, dia Santo de ‘São Gaxite’”. Aí dei o dia santo. Aí quando nós chegemo no motor, aí disse: “hoje é dia santo de São Gaxite e ninguém trabalha”. Tudo besta, aí ninguém num virou o motor. O dia santo, lá na Bahia. Quem deu foi eu⁸.

7 Severino Pereira da Silva, conhecido no lugar onde mora como “Sr. Gaxite” – nome que também usarei nesse texto para me referir a ele –, crescera ao lado dos seus pais lavradores e, quando adulto, casou-se com D. Maria. O entrevistado declarou que nunca trabalhou na agricultura e que, antes de iniciar sua carreira no motor de agave, usava seu tempo para brincar e jogar bola. Sr. Gaxite começou a trabalhar no motor de agave aos 16 anos, como cortador no Distrito de Cubati. Logo depois tornou-se puxador, exercendo essa função também no estado da Bahia. Informações obtidas em concessão de entrevista à autora em Cubati, novembro de 2002.

8 Gaxite, entrevista à autora, em Cubati, novembro de 2002.

De acordo com a pesquisa, o batizado das “segundas santas” fora uma atribuição dos grandes produtores e expressava uma censura às práticas disseminadas, notadamente, pelo Sr. Gaxite: “‘São Gaxite’ era a cana que os cabas do motor tomavam e não iam trabalhar nas segundas-feiras. Aí João Jerônimo e Deusdete diziam que eram o dia de ‘São Gaxite’”⁹. Nessa fala, o entrevistado revelou o sentido que os proprietários atribuíram às faltas dos trabalhadores, vinculando-as à irresponsabilidade e às bebedeiras¹⁰. Com a mecanização da cultura agaveira e a expansão das formas de assalariamento, a prática de beber, bem como outras atividades de lazer, como ir aos bailes, por exemplo, passaram a ser compreendidas pelos patrões como desordens, e os trabalhadores que bebiam ou participavam de bailes eram vistos como desordeiros, preguiçosos e irresponsáveis.

Certamente, a irreverência irônica das “segundas santas” ao trabalhador Gaxite revela o quanto ele devia esmerar-se nas travessuras e na subversão ao mundo da produção e, de um modo mais amplo, ao lugar do instituído e o quanto era criativo, inclusive, na arte de “mentir”, pois, certo de que a Bahia poderia representar uma terra distante para seus conterrâneos trabalhadores, ele poderia inventar que implantou por lá esse dia santo, e ninguém teria como investigar. Tal artimanha poderia até servir para mobilizar os mais faltosos nas segundas-feiras quando do seu retorno a Cubati.

A pesquisa mostrou que, independentemente dos lugares em que as “segundas santas” tenham sido instituídas, os expedientes no motor de agave, nesse dia, eram irregulares, notadamente, nos municípios de Cubati e Pedra Lavrada. Os próprios trabalhadores

9 Odon Cirilo Nunes era filho de um dos primeiros produtores de agave dos municípios de Cubati e Pedra Lavrada. Esse narrador, nos anos de 1970, tornou-se um político influente no município de Pedra Lavrada, onde também produzia agave. Entrevista à autora em Cubati, julho de 2003.

10 De um lado, com os desdobramentos da mecanização, isto é, com a divisão de trabalho, as faltas dos trabalhadores se tornaram mais visíveis e prejudiciais para a produção; de outro, o assalariamento aumentou o poder de compra dos trabalhadores, permitindo-lhes que consumissem mais, inclusive bebidas alcoólicas. A própria monetarização da região promoveu um incremento na vida cultural, fazendo com que os trabalhadores participassem de mais atividades de lazer como as festas.

falaram sobre o hábito implantado por eles, como disse o Sr. José João: “Eu mesmo fiz isto. É eu ia pra rua tomar cana, aí atrasava. Aí quando chegava, nós tirava o dobro. Nas segunda-feira nunca gostei de virar não. Ia dormir, ia dormir, quando era tarde vinha pro motor”¹¹.

O Sr. Zuza também contou sobre as faltas das segundas-feiras no desfibramento mecânico do agave:

Porque eles nunca gostaram, era danado na segunda num virar. Ninguém sabe, porque, se ia farrar no domingo, amanhecia enfadado da ressaca. Aí nunca, era difícil virar uma segunda-feira. Difícil. Quer dizer, uns dizia que ia cuidar do roçado, porque era a folga que tinha. E outros ficavam malandrando mesmo, e num ia nem no roçado, nem ia pro motor¹².

Nesses dias, as mulheres fibreiras usavam seu tempo para fazer as atividades domésticas, como contou D. Maria, porque, se um de seus colegas faltasse ao serviço, suas tarefas no desfibramento não poderiam ser feitas, e elas retornariam às suas casas:

Vinha pra casa lavar um pano, lavar um prato ou aqueitar uma coisa, fazer uma costura, fazer um remendo, aquele que tivesse com mais necessidade a gente tinha que vir cuidar. Se tivesse dono de

11 José João, cujo nome de batismo é Manoel Roque da Silva, era filho de pequenos produtores que possuíam terras no atual município de Cubati. Sua mãe era louceira, ou seja, artesã, e todos os irmãos trabalhavam para ajudar nas despesas domésticas. Esse narrador é conhecido no lugar onde mora por José João, em homenagem ao seu pai, que tinha esse nome, maneira pela qual o chamo neste trabalho. Entre os anos de 1940 e 1950, o Sr. José João começou sua carreira nas atividades relacionadas ao desfibramento, trabalhando não só no município de Cubati, mas também em outros próximos e no interior do Rio Grande do Norte. (Entrevista à autora, em Cubati, setembro de 2003)

12 José Alves dos Santos, casado com D. Marina, com quem tem duas filhas. Herdou do pai alguns poucos hectares de terra, trabalhou como puxador de agave para vários patrões no município de Cubati e próximo a ele. Esse antigo trabalhador de agave é conhecido na região onde vive por Sr. Zuza, tratamento que adoto neste texto. (Entrevista à autora, em Cubati, novembro de 2002).

casa, já sabia o dono de casa é o roçado. Agora, nós mulher, a gente ajuda tanto dentro de casa, no que for, a num ser uma apanha de algodão, que apanha de algodão é serviço de mulher...¹³

A partir a pesquisa de campo entendo que grande parte dos agricultores faltava ao trabalho porque achava mais importante ficar cuidando de suas casas e dos seus roçados, cavando cacimba, construindo cercas ou, simplesmente, no ócio, como disse o Sr José João, que preferia dormir a assumir seu posto de puxador no local onde trabalhava.

Assim, compreendo essas faltas dos trabalhadores do motor de agave como uma forma de resistir e de recriar o tempo e diferentes concepções de trabalho. Trabalhar, para eles, era prover sua subsistência, garantir seu abastecimento de água, assegurar que seus roçados não fossem invadidos pelos animais e organizar seus afazeres nas próprias casas. Portanto, a disciplinarização coexistia com a 'antidisciplina', porque desejavam se livrar dos horários impostos, trabalhar em paz, sem receber ordens, vigiar e ser vigiado. Era possível escapar à dominação, fugir, provisoriamente, das relações disciplinadoras. Nesse caso, os trabalhadores reinventaram algumas regras, para recusar o cronograma semanal de cinco dias completos. Eles até trabalhavam nas segundas-feiras, porém muitos chegavam atrasados. Portanto, o expediente começava mais tarde, e os horários eram irregulares.

Essas práticas remetem a Michel de Certeau¹⁴, notadamente quando esse historiador afirma que a criatividade humana sobre-põe-se ao autoritarismo ditado pelos sistemas tecnocráticos. Nesse sentido, as pessoas comuns desenvolvem, em seu cotidiano,

13 Maria do Carmo Dantas nasceu no município de Pedra Lavrada, onde seus pais viviam, morando em terras de terceiros. D. Maria, como a trato neste texto, foi casada com o Sr. Evaristo, com quem teve 22 filhos. Ela trabalhou no desfibramento do agave para uma família tradicionalmente produtora que tinha terras nos municípios de Pedra Lavrada e Cubati, com quem também mantinha relações de moradia. A entrevistada desempenhou, no desfibramento, a função de fibreira. (Entrevista à autora no município de Pedra Lavrada, em setembro de 2003).

14 DE CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

armadilhas para se desvencilhar do excesso de normas impostas pelas redes institucionais. Os consumidores das normas, das leis, da linguagem, enfim, da cultura transgridem-nas ao se apropriar, melhor dizendo, reapropriar desse conjunto.

Portanto, Certeau rompe com a dicotomia consumo/produção na medida em que concebe os consumidores como produtores: “A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção qualificada de consumo...”¹⁵. Em outras palavras, o consumo é uma reinvenção da produção.

Nessa perspectiva, todo consumidor é um produtor por excelência e também transgressor, pois a prática do consumo nunca se dá de forma passiva. E nessa não passividade, esconde-se uma concepção política. Então, ‘aqueles que sempre levam a pior’ não são vistos como vítimas, mas como sujeitos sociais capazes de empreender respostas às suas experiências cotidianas e culturais. Assim, o agir coletivo e contestador dos trabalhadores rurais era fruto de sua criatividade¹⁶.

Algumas das respostas elaboradas por esses atores sociais eram extremamente astuciosas. Vários trabalhadores afirmaram que não compareciam aos motores no primeiro dia semanal ou se atrasavam para o seu serviço, porque sabiam que um dos seus colegas não iria trabalhar. Essa era a tática que muitos faltosos da segunda-feira usavam, como narrou o Sr. Gaxite: “Na segunda-feira ninguém trabalhava, não. Eu num ia, porque o dono do motor e outro meu párea, que era primo meu, chegava bêbo no motor. Ia buscar o comer veio, a feira com meia légua quando chegava já era de noite¹⁷”.

Nessa narrativa, o Sr. Gaxite apresenta dois motivos para justificar as faltas ou os atrasos nas segundas-feiras. Um deles é que a

15 Ibidem, p. 39.

16 Na visão de teóricos como De Certeau (*op. cit.*), as práticas de consumo implicam um ato de reapropriação, de reconstrução cultural, uma espécie de refabricação daquilo que já foi produzido e imposto. Dessa forma, ao manejar o preestabelecido, os consumidores culturais aplicaram-lhes outros fins, diferentes daqueles fixados pela funcionalidade do sistema. Sobre o processo de criação dos consumidores ver Michel de Certeau, *op.cit.*

17 Sr. Gaxite, entrevista à autora, em Cubati, novembro de 2002.

ausência de alguns colegas ocorria porque, nesses dias, providenciavam a compra dos seus mantimentos semanais. Certamente, a realização dessa tarefa exatamente nas segundas-feiras era uma desculpa, visto que os trabalhadores de Cubati recebiam seus salários nos sábados, quando também compravam seus alimentos. A outra razão é que os seus parceiros estavam ressacados e, previsivelmente, faltariam ao trabalho, portanto sua presença no motor de agave era inútil. Não acredito que os trabalhadores do agave, embora tivessem passado a consumir mais álcool do que quando trabalhavam na agricultura, estivessem ressacados a ponto de não poder trabalhar no primeiro dia de trabalho semanal. Caso contrário, existiria, na região estudada, um alto índice de pessoas acometidas por doenças hepáticas e de alcoólatras. Entretanto, os próprios trabalhadores negaram ter amigos ou colegas alcoólatras ou que apresentassem problemas de saúde atribuídos ao uso do álcool. Ao que parece, na área estudada, no período analisado, os distúrbios provocados por essa droga atingiram, basicamente, o funcionamento das máquinas mecânicas, que ficavam paralisadas ou o seu funcionamento era retardado no primeiro dia de trabalho semanal. Portanto, entendendo essa prática dos trabalhadores de não assumirem suas faltas e deixaram o motor no “prego” como uma tática. Dessa forma, eles faltavam, mas usavam como pretexto a possível ausência de um de seus parceiros que, previsivelmente, faltaria.

Nas falas enunciadas, disseram alguns agricultores que, no passado, sempre aconselhavam os colegas, como relatou o Sr. Gaxite: “...vamo virar, home, nós é pai de família. Nós, na terça-feira nós virava, tirava a produção para 2.500, 2.000 mil. Na segunda-feira, quando eles nem bebia do sabó pronto. Aí, na segunda-feira, nós virava. Tirava duzentos quilo, era dois mil, dois e quinhentos”¹⁸.

É curioso, todavia, ouvir do Sr. Gaxite tal disparate, ou seja, que ele insistia com os colegas, “pais de família”, para não se atrasarem nas segundas-feiras, porque ele mesmo, anteriormente, dissera que só não criara o “Dia de São Gaxite” na Paraíba porque

18 Ibidem.

todos sabiam que Gaxite era um homem, e não, um santo, e que cultivara a prática das faltas nas segundas. Mas, o que levava esse puxador a recuar e a assumir o discurso da responsabilidade? Entendo que, entre os trabalhadores, existia uma espécie de cumplicidade sigilosa que denunciava a introjeção de uma nova moral. Mesmo se recusando a aceitá-la, os trabalhadores sentiam a necessidade de explicar suas ausências, o que significava que essa moral os regulava. Então, ao eleger os colegas como culpados, apaziguavam suas consciências, pois não poderiam se sentir responsáveis pela falta dos companheiros. Desse modo, explicavam-se diante dos patrões e, ao mesmo tempo, eram transgressores, infringindo as normas, porquanto não se submetiam às imposições da produção racionalizada. Assim, iam estabelecendo alguns códigos para a prática do ócio, da cumplicidade e da ‘trapaça’.

Pedaços de rapadura e tardes de sextas: um campo de vitórias dos trabalhadores

Os trabalhadores dos municípios de Cubati e Pedra Lavrada comumente repousavam aos domingos e nos dias em que ocorriam as feiras locais. Assim, o último dia útil da semana, quase sempre, eram as sextas-feiras, quando eles também praticavam outras astúcias em relação aos horários de trabalho, pois o largavam no meio das tardes, por volta de 15 horas, quando os trabalhadores obtinham a produção mínima (2.000/2.5000 quilos de fibras verdes).

Essa meta fora instituída pelos proprietários e era uma forma de extrair mais trabalho dos trabalhadores e levá-los à completa exaustão. Era uma estratégia para evitar o desperdício de tempo por parte dos desfibradores. Para obter esse número, eles tinham que trabalhar mais, o que representava mais desgaste físico e mental.

De acordo com produtores e os trabalhadores desses municípios, fora, sobretudo, a partir da década de 1960/70, que se generalizou o estabelecimento de uma meta mínima de produção semanal, que variava entre 2.000 e 2.500 quilos de fibras verdes. Porém, nos motores de agave, nas sextas-feiras, os expedientes

eram mais curtos. Os trabalhadores largavam seus cargos antes do final do turno, como declarou o Sr. Zuza: “três horas da tarde quando produção fechava a conta. Todo mundo ficar nas suas casas. Quem tinha o roçado ia pro roçado, ia pro roçado no sábo, ajeitar alguma coisa. Alimpar um mato, ou prantar, era”¹⁹.

Essa prática também mostrava que eles resistiam à rotina da mecanização. Interessados em se livrar das cobranças dos patrões e dos viradores, logo que “a produção fechava”, ou seja, que atingia a cota mínima semanal, os trabalhadores abandonavam o motor e iam cuidar dos seus roçados, limpar mato, descansar, enfim, fazer outras atividades que mais lhes agradavam. Essa subversão dos trabalhadores fora estabelecida a partir de uma regra imposta pelos próprios patrões. Ao obtê-la, mesmo que estivessem na metade do expediente da tarde, os trabalhadores se recusavam a continuar trabalhando e, conseqüentemente, produzindo mais, o que lhes proporcionaria um salário melhor.

Então, se 2.000/2.5000 kg para os produtores era o mínimo, para os trabalhadores, representava o máximo. Muito mais do que um número, significava o fim do seu “martírio semanal”, de sua “penitência”, como sentenciou, em certa ocasião, o Sr. Agenor, ao se referir ao trabalho no agave. Num mundo de regras, de horas que corriam velozmente, a cota mínima simbolizava uma liberdade provisória: longe dos motores, dos viradores, os trabalhadores podiam, por algum momento, parar de observar a si mesmos e aos seus colegas.

Os patrões precisavam dos serviços dos trabalhadores para colocar em funcionamento o processo de desfibramento. Por isso, eram obrigados a recuar e a aceitar, a contragosto, algumas ‘conquistas’ do mundo do trabalho, por exemplo, as reinvenções do cronograma de trabalho. Nesse sentido, os empregadores acabaram acatando tais ressignificações, como disse o virador Agenor:

Porque tem muitos motor que se aviceia, só
querer pegar adepois do almoço, num-sei-o quê.

19 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

Mais comigo, não. Comigo tinha que pegar de 6 hora, na segunda-feira, porque quando era na sexta-feira, a produção digamos, 2.000 quilo, 2.500, pronto. Quando era meio-dia sortava, pra vão tomar banho. Tá bom dano a produção. Agora, sem dar a produção, ia pro sábado, aí eles já sabia disso, digamos assim, tirava 2.000 quilo, aí eu dizia: “pronto já pode ir pra casa, já fizeram a semana, podem ir embora”. Às vez numa sexta-feira, meio-dia. Aí eles aproveitava a sexta, aproveitava o sábado, o domingo, tinham muitos que lucrava, mas tinha muitos que ia é bater bola, jogar, tomar banho, pescar, num se importava com nada na vida, não. É muito irresponsável o povo de motor de agave²⁰.

A fala desse virador revela aspectos como a rigidez da disciplina no motor de agave e o autoritarismo dos viradores que se sentiam no direito de só liberar os desfibradores depois de atingida a produção. Mas, o que quero mostrar são as brechas desse modelo. O Sr. Agenor, por exemplo, disse que exigia a presença dos trabalhadores nas segundas, porém, nas tardes das sextas-feiras, embora impondo condições, dispensava-os mais cedo, respeitando o cronograma que eles instituíram para esse dia.

Certamente, essa era uma estratégia que estimulava a obediência dos trabalhadores que se esforçavam para atingir a meta rapidamente, evitar o desperdício de tempo e assegurar a produção de forma menos conflitante. O Sr. Agenor exigia a madrugada das segundas-feiras, mas não anulava os trabalhadores. Esses sujeitos atuavam em uma relação de troca. Dessa forma, os patrões eram obrigados a ceder para obter obediência de seus ‘subalternos’, que, ao perceber esse jogo, tentavam tirar proveito dentro das possibilidades existentes.

Assim, as relações de poder eram ‘mais ou menos negociadas’

20 Sr. Agenor, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

e não, impostas em sua totalidade pelos proprietários. Logo, patrões, viradores e trabalhadores de motor viviam suas experiências em um jogo contraditório, em um âmbito de luta política que, em muito, ultrapassava o lugar do instituído. Compreendo que ‘esse não instituído’, tradicionalmente, era fruto das práticas transgressoras que negavam ou rejeitavam parcialmente o exercício de um poder totalitário. A experiência de Sr. Gaxite, no motor onde ele trabalhava, dimensiona a vitória silenciosa dos trabalhadores: “Faltava, era. Muita gente, também. As vez tinha caba, tinha um roçado na segunda-feira, o dono do motor liberava para ele ir pro roçado limpar mato. Quem tinha roçado ia pro roçado, o dono do motor liberava”²¹.

Os trabalhadores, sobretudo durante o período próximo as chuvas, não abriam mão de cuidar de seus roçados, por isso, combinavam entre si. Uma espécie de ‘falta coletiva’, como disse Sr. Zuza: “Choveu hoje, todo mundo é pra plantar. A gente combinava, amanhã a gente vai pro roçado; você vai, eu vou, cê vai, pronto, ia prantar todo mundo que tinha roçado ia prantar”²². A adesão dos trabalhadores induzia a que os viradores e os donos de motores negociassem esse ponto, o roçado, pois, caso chovesse, os lavradores o priorizariam em relação às suas outras atividades. Nesse caso, os empregadores preferiam respeitar tal norma, instituída por homens como o narrador, a se indispor com os trabalhadores que, por sua parte, acatavam as imposições dos patrões, como disse o Sr. Zuza: “...porque a gente ia com um interessinho qualquer. Aí tinha que ir bem ou cansativo”²³. Precisavam trabalhar para sobreviver, e o trabalho no agave lhes proporcionava um salário semanal fundamental. Ademais, muitos trabalhadores ainda mantinham relações de moradia com seus patrões, que os pressionavam a trabalhar no desfibramento.

A disciplina do mundo da produção, embora hegemônica, não era totalitária, porque trabalhadores e patrões avançavam e recuavam, mútua e constantemente. Nessa perspectiva, o exercício do

21 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, novembro de 2002.

22 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, outubro de 2002.

23 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

poder é uma via de mão dupla. Sua eficácia mora no movimento que mescla trocas, obrigações, afetividades e necessidades.

Sujeitos como D. Maria, Sr. Zuza, Sr. Gaxite e Sr. Agenor, por exemplo, atuavam em um campo de forças pautado nas relações de ‘troca’. Dessa forma, os patrões ou os seus representantes eram obrigados a ceder. Por isso, alguns deles investiam estrategicamente nas relações de afetividade para obter obediência dos seus subalternos, como fazia o Sr. Agenor, antigo virador:

Tratava, uns tratava bem, porque eu chaleirava eles demais, brincava com eles, fazia tudo possível, porque a gente já sabe que motor de agave, quando diz assim, vai virar o motor de agave, já vai virar uma coisa que só tá esperando problema, porque é o povo todim irresponsável. Mas era difícil ter uma pessoa pra ser conformada no motor de agave. Só trabalha despeitado, só trabalha, muitos só trabalha com raiva, é querendo parar, querendo largar fora de hora, querendo fazer bobagem, para ter uma defesa pra poder num vim. É muito aperreado²⁴.

Para evitar mais contestações dos trabalhadores, descritos, comumente, como irresponsáveis, o Sr. Agenor também os premiava, ofertando-lhes, diariamente, nacos de rapadura. Por essa razão, esse administrador fora apelidado pelos trabalhadores de “abeinha”, isto é, “abelhinha”, como ele se orgulha em dizer:

Todo dia levava um Grajaú de rapadura, lá pra o meio do campo. Chegava lá fora, com um lençol, um pano, quebrava aquela rapadura pr’aqueles pobre comer. Porque eu tinha pena dos pobres morrendo de fome. Aí eu tinha pena, levava, botava. Até de abeinha quando eu custava, aí eles

24 Sr. Agenor, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

diziam: “ai, meu Deus cadê minha abeinha que num chega”. Aí porque aquilo só quer o costume, o caba se botar o costume, pronto²⁵.

Essa forma de agradar aos trabalhadores, servindo-lhes pedaços de rapadura, expressa também o receio desse virador em relação à contestação daqueles sujeitos “com raiva”, “com fome”. Era preciso, portanto, docilizar um pouco a vida desses homens “impacientes”, “irresponsáveis”, querendo “fazer bobagens”, “largar o motor fora de hora” e paralisar a produção. Mais do que saborear um taco de rapadura, esse era um momento de refestelo dos trabalhadores que, provisoriamente, afastavam-se da “boca da máquina”, dos olhares, das cobranças e, por um brevíssimo tempo, descansavam esfriando suas cabeças e suas ideias, notadamente, aquelas que os faziam pensar em parar, sobretudo nas horas mais difíceis, quando estavam vivendo suas agonias, na puxada, no bagaço, no corte, no cambito, na fibra, enfim, no trabalho do motor.

Nesse sentido, o poder entre trabalhadores e patrões era recíproco, embora, assimétrico. Esses poderes exercidos por esses grupos sociais se interpenetravam e se definiam pelo movimento de oposição que um segmento exercia sobre o outro. Os acordos ou concessões não anulavam os conflitos. Ao contrário, pois, ao perceber esse jogo, os trabalhadores tentavam tirar proveito, como observou o Sr. Zuza:

É mais porque ali é uma produção pra muitos. É pro dono do motor e pr'aqueles oito trabalhando. É muito mais. Agricultura não, porque agricultura só é você, só tem uma pessoa que tá responsável por aquilo ali. E já o motor não, você é um trabalhador do motor, é responsável por tudo aquilo ali. Porque se ele quiser deixar tudinho no prego enrascado, ele deixa. 'É eu

25 Ibidem.

num vou', ele dizia: 'eu quero ver quem nessa semana come'. Tem caba que fazia isto.

Porque no motor tem isso, naquele tempo. Hoje, não. Porque hoje, eles tão funcionando com quatro pessoas, com cinco. Mas naquele tempo só funcionava com oito pessoa, o motor de agave. Na hora que um num fosse, o motor tava no prego²⁶.

Essa fala indica que, em muitos casos, os trabalhadores do agave, criativamente, apropriavam-se da responsabilidade que lhes era atribuída, devido à interdependência das tarefas, reescrevendo-a, usando-a em seu favor para se impor, para dizer não, tentando ganhar no jogo estabelecido pelo adversário. E o faziam, porque sabiam que sua presença era fundamental para o funcionamento do motor de agave, visto que a falta de apenas um trabalhador atrapalhava e até poderia paralisar o serviço no desfibramento. Eles extraíram essa noção de compromisso com o trabalho em equipe da cultura oficial e a viraram do avesso, recriando-a. Essa perspectiva desconstrói a suposição de passividade, baseada na ideia da mera recepção dos artefatos culturais, e aponta para um campo onde se destacam as respostas elaboradas pelas pessoas comuns, que interpretam ativamente a cultura oficial e a adaptam à sua lógica.

Os trabalhadores adotaram a interdependência do trabalho no motor de agave taticamente, conferindo-lhes duas outras funcionalidades diferentes da noção proposta pelos patrões. Primeiro, usando-a como justificativa para suas ausências, pois diziam que não chegavam na hora certa no desfibramento por saber que um ou outro parceiro não estaria presente. Assim, transformaram a interdependência do trabalho em equipe em um espetacular alibi. Segundo, usavam esse sistema de trabalho para barganhar, ameaçar, inverter momentaneamente as cartas do jogo: "eles num trabalham sem eu", como relatou Sr. Zuza. Essa era uma forma de elevar suas atividades.

26 Sr. Zuza, entrevista à autora, em Cubati, setembro de 2003.

Entendo que o conhecimento de sua importância na cadeia produtiva permitia aos trabalhadores um melhor posicionamento dentro do jogo do poder, pois o motor não podia parar. Nesse sentido, os viradores compreendiam a força dos trabalhadores e tentavam agir habilmente, isto é, politicamente, para evitar a perda dos trabalhadores transgressores, o que os favorecia no contexto em que eles estavam, conforme relatou D. Maria, ao lembrar que os administradores, mesmo aborrecidos, buscavam superar a raiva, sendo razoáveis com os faltosos:

Num diziam nada, porque, se for brigar, perde o trabalhador, eles diziam: ‘num sou obrigado a trabalhar, eu vou-me embora’, mas eles num acham bom não, eles querem que cheguem tudo, na hora certa, na segunda-feira, ainda que nada aconteça. Mas, na segunda-feira de 6 hora, chegue tudo, aquilo é um serviço que eles têm que pegar, sai de madrugada, 5 hora, 4 hora que é pra produção ter aumentado²⁷.

Certamente, muitos trabalhadores usaram este artifício: o pretexto de ir embora para se livrar dos sermões, da humilhação e da degradação moral perante os colegas, porquanto os trabalhadores usavam as consequências de suas faltas, ou seja, o que elas poderiam acarretar no mundo da produção, para negociar seus atrasos, apaziguar as situações diante dos seus patrões ou gerentes, pois, mesmo não achando bom, eles relevavam alguns “desvios” ou, pelos menos, atenuavam suas palavras, seu tom agressivo e tentavam ser mais razoáveis. Caso contrário, poderiam perder o trabalhador, o que prenunciava deixar o motor parado.

1960/1970: a racionalidade perversa e o “desmantelamento do trabalhador de agave”

Embora as práticas subversivas tenham existido desde a introdução da mecanização do agave e, com ela, a disciplinarização

27 D. Maria, entrevista à autora no município de Pedra Lavrada, setembro de 2003.

imposta pelos patrões, a insubordinação tornara-se mais frequente a partir das décadas de 1960/70. Acerca dessa temática, o Sr. Gentil Palmeira disse: "...não era essa divergência era direito, o trabalhador desmantelou-se a partir de 60"²⁸. A expressão "desmantelou-se" foi usada pelo entrevistado para designar as subversões dos trabalhadores - atrasos, doenças, faltas, entre outras práticas que desorganizavam a produção e eram vistas pelos produtores como irresponsabilidade dos trabalhadores, que passariam a ser percebidos e qualificados como "homens desmantelados", "homens desonestos", enfim, "homens que não tinham uma palavra só". Ao se opor ao novo cotidiano, os trabalhadores foram inscritos pelos patrões, no imaginário local, como "irresponsáveis", "preguiçosos" e "desordeiros".

Os trabalhadores de agave eram, portanto, homens desmantelados. Posto isso, acho importante esclarecer algumas questões: o que significava esse "desmantelo" dos trabalhadores? A partir dos anos de 1960/70, eles estavam se tornando mais resistentes às imposições dos patrões. Uso o conceito de resistência para designar a recusa dos trabalhadores a colaborarem passivamente com o mundo da produção, acionando, conseqüentemente, práticas que provocavam resultados indesejáveis para os patrões. Portanto, entendo o termo 'resistência' não apenas como um amplo confronto deliberado, mas também como pequenos gestos de insubordinação, para usar uma expressão do historiador Peter Burke: "táticas de guerrilhas e não guerra declarada – porém, ainda assim resistência"²⁹.

Nesse caso, esse conceito subentende uma gama variada de ações contínuas à disciplina imposta. Essa oposição, muitas vezes, era murmurada para escapar à vigilância. Sobre esse silêncio contestador, Marilena Chauí disse: "o silêncio, o implícito, o invisível são, frequentemente, mais importantes do que o manifesto"³⁰. Assim, gestos aparentemente despropositados que, por exemplo, invadem o mundo de produção, como as operações-tartaruga,

28 Gentil Venâncio Palmeira, pertencente à família de grandes e médios produtores de agave do município de Cuité, em entrevista à autora, em Cuité, julho de 1995.

29 BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 124.

30 CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 33.

a produção de peças com defeitos, especificamente no caso dos trabalhadores do agave, as faltas ou os atrasos, os pequenos roubos na hora da pesagem das fibras e as doenças repentinas delata-
vam uma forma de reação às exigências racionalizadoras. Assim, a disciplina no trabalho com o agave se inscrevia num quadro de lutas, inspirado nas astúcias dos trabalhadores rurais, pois desencadeavam uma sucessão de truques para sabotar as estratégias dos patrões.

De acordo com a filósofa Marilena Chauí, esses movimentos de sabotagem à cultura oficial são perpassados pela ambiguidade, porque eles são enredados por elementos de resistência, entrelaçados à conformação, que desenham um grande tapete, palco das ações. A presença de componentes conflitantes, que combinam elementos opostos, foi destacada pela autora que, ao invés de rotulá-los de dicotômicos ou entendê-los como um desvio obscuro, percebeu-os como um jogo de intercâmbios, quebrando, portanto, a ideia da bipolaridade ou rigidez entre a submissão e a resistência, pois elas se completam³¹.

Mas, o que teria acontecido nos anos de 1960, ou, sobretudo, a partir dessa década, para ‘desmantelar os trabalhadores’? Desde então, foi se generalizando a instituição da produção mínima de 2.000/2500 quilos de fibras semanais. Certamente, para alcançar essa meta, os trabalhadores tiveram que aumentar o ritmo, a intensidade e a monotonia do trabalho, ultrapassando tudo o que, até então, já lhes havia sido imposto. Penso que esse componente não basta para explicar a contestação dos trabalhadores. As investigações mostraram que três outros aspectos teriam também contribuído para compor um trabalhador mais resistente.

Primeiro, a mobilidade das máquinas itinerantes, que não só se moviam no interior das propriedades dos produtores, como também eram instaladas em outras terras, que não pertenciam aos seus patrões. Trabalhar fora dos domínios da propriedade quebrava a centralidade da casa grande e toda uma lógica de estreitamento de manutenção do poder. De repente, o patrão não

31 Ibidem.

era mais o dono da terra onde ele trabalhava e tinha que ‘alugar’ a terra de outros, ou seja, comprar o agave na folha de outros sujeitos históricos, que eram estranhos aos trabalhadores. Será que o seu patrão não era tão forte como haviam pensado? A ideia de patrão que os trabalhadores rurais tinham estava associada à proteção, ao domínio da terra onde eles moravam e trabalhavam. A ruptura com essa noção, portanto, inspirava questionamentos entre os trabalhadores, que se sentiam mais encorajados para contestar as ordens dos patrões.

Segundo: a expansão das máquinas mecânicas aumentou a demanda da mão de obra e estimulou sobremaneira os proprietários a contratarem trabalhadores que não eram seus moradores, portanto, que não apresentavam o mesmo grau de “lealdade” dos seus agregados. Eram “homens sem senhores”, que se sentiam mais livres para desafiar os seus patrões, para mudar de um motor para outro, enfim, reelaborar e desrespeitar a disciplina no trabalho do agave.

Terceiro: no período, aumentou o número de donos de motores, homens economicamente pobres, que, basicamente, só tinham a propriedade das máquinas e se esforçavam para formar suas equipes de trabalhadores, como disse o Sr. Geraldo:

Aí saía procurando trabalhador pra trabalhar no motor, quem tinha recurso e possui morador, virava o motor com o morador mesmo. Os trabalhador mesmo, num precisava arrumar gente de fora, só com o morador virava dois, três motor. E quem não tinha morador, era o povo que tinha motor e num tinha morador, então ia arrumar trabalhador, arrumava aqui na cidade³².

O depoimento mostra a composição diferenciada dos

32 Sr. Geraldo da Silva, morador do município de Cuité, casado. Ali iniciou suas atividades no agave, ainda nas máquinas manuais, coletando a planta em terras alheias, onde morava com sua família. Posteriormente, comprou uma máquina móvel e passou a fazer parte da categoria dono do motor, que se tornou mais frequente a partir dos anos de 1960/70. Entrevista à autora em Cuité, setembro de 2003.

trabalhadores empregados pelos grandes e médios produtores e pelos donos de motores, porque os dois primeiros grupos conseguiam grande parte dos seus trabalhadores em suas propriedades, enquanto o segundo os buscava nas cidades próximas e contratava homens ‘mais livres’, que não moravam nas terras de seus empregadores e, ao mesmo tempo, apresentavam uma origem social basicamente semelhante à de seus patrões/donos de motores, uma vez que ambas as categorias não moravam em casas grandes, não possuíam carros, não mantinham seus filhos estudando em cidades maiores e jamais disputavam cargos públicos nos quadros políticos.

Esse sentimento de identidade, partilhado por homens que viviam experiências sociais e culturais parecidas, contribuía para a despolitização reivindicativa dos trabalhadores, que se sentiam mais inibidos para exigir seus direitos, como indenização, sobretudo, em caso de acidentes. Mas a cumplicidade entre patrões e empregados beneficiava também esses últimos, que se sentiam mais à vontade diante de um homem que havia sido seu parceiro, com o qual, muitas vezes, brincaram e, juntos, até “trapacearam” seus antigos senhores. Ademais, esse novo patrão não desfrutava do mesmo respeito dos patrões de outrora. Portanto, sua presença não era tão ameaçadora, uma vez que os trabalhadores não lhes deviam ‘favores’, porque nunca haviam morado em suas terras, afinal, o dono do motor era um homem ‘sem status’, sem poder econômico, sem-terra, enfim, um homem que, como os demais trabalhadores, mal tinha recursos para se manter. Portanto, um patrão mais fácil de enfrentar.

Quero destacar, nesse cenário, dois importantes elementos: o trânsito dos trabalhadores de um motor para outro, ou seja, das máquinas dos donos de motores para as desfibradeiras dos grandes e médios proprietários, que igualmente já estavam recrutando outros trabalhadores, com quem não tinham vínculo de moradia, e a troca de experiências que ocorria entre os desfibradores. Assim, a rotatividade dos trabalhadores estimulava a circularidade de ideias entre ‘homens livres’, isto é, ‘homens sem senhores’, mais acostumados a desafiar seus patrões, tornando o ambiente de trabalho no motor de agave um “centro de irreverência”, para

usar uma expressão do historiador Christopher Hill, ao descrever como a mobilidade de determinada população inglesa, no Século XVII, influenciava suas ideias, promovendo ou despertando nesses homens o desejo de encontrar “um novo senhor dentro de si mesmo”³³.

* * *

Dessa forma, os desfibradores do agave ironizaram os horários vigentes, culturalmente estabelecidos e também adotados pelos patrões, e os redefiniram à revelia deles. Essas táticas iam sendo criadas e organizadas com condições muito particulares, das oportunidades que os trabalhadores encontravam ou forjavam dentro do próprio sistema de dominação e das próprias armas. Assim, as redes do poder, ao lançá-los, deixavam escapar malhas por onde homens, como o irreverente Gaxite e outros menos ousados, e mulheres, como a fibreira Maria, teciam ‘invisivelmente’ seus golpes e contragolpes. Nessa perspectiva, cabia-lhes aproveitar as ocasiões, as brechas que o sistema abria.

Era dessas astúcias, do dribble nos campos dos senhores, que os trabalhadores do agave extraíam a matéria-prima para um agir contestador e ‘invisível’, que entrecruzava confrontos e disciplinas. Assim, o cotidiano relacional entre os proprietários e os trabalhadores do agave era permeado por conflitos: de um lado, estavam os primeiros buscando criar estratégias para minimizar o desperdício do tempo e aumentar a produção; do outro, os trabalhadores, tentando escapar à vigilância, notadamente no que diz respeito aos seus horários de serviços. Alguns desses conflitos eram resolvidos por meio da violência, praticada e alardeada pelos patrões, tal o caso do cambiteiro José Targino, assassinado barbaramente no município de Cubati por seu patrão. Todavia, existiam as querelas “invisíveis”, que eram cotidianas, faziam parte da rotina de empregadores e empregados, que tinham relações de dependências recíprocas.

33 Christopher Hill. **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 61.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA Ramilton Marinho. **O Capa Verde**: transformações econômicas e interesses de classes no Curimataú paraibano. Campina Grande: Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural/ Universidade Federal da Paraíba, 1989.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

HILL, Christopher. **O Mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1664. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

NUNES, Mariângela Vasconcelos. **Maldição e bênção**: algumas histórias do sisal na Paraíba (1930-1953). Brasília: Dissertação de Mestrado em História/Universidade de Brasília, 1996.

NUNES, Mariângela Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a redenção**: a cultura do trabalho com o agave na Paraíba (1937-1966). Brasília: Tese de Doutorado em História/Universidade de Brasília, 2006.

DEPOIMENTOS ORAIS (ENTREVISTAS À AUTORA, informações verbais)

DANTAS, Maria do Carmo. Pedra Lavrada-PB: setembro de 2003. (Entrevista.)

NUNES, Odon Cirílo. Cubati-PB: julho de 1995, novembro de 2002, e fevereiro de 2005. (Entrevista.)

OLIVEIRA, Agenor Cassimiro. Cubati-PB: setembro de 2003.

PALMEIRA, Gentil Venâncio. Cuité-PB: julho de 1995. (Entrevista.)

SANTOS, José Alves dos. Cubati-PB: novembro de 2002 e setembro de 2003. (Entrevista.)

SILVA, Geraldo da. Cuité-PB: julho de 1995 e novembro de 2002. (Entrevista.)

SILVA, Manoel Roque da. Cubati-PB: setembro de 2003. (Entrevista.)

SILVA, Severino Pereira da. Cubati-PB: novembro de 2002. (Entrevista.)